

PROBLEMATIZANDO A FORMAÇÃO DO ALFABETIZADOR A PARTIR DA ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DE UM CURSO DE PEDAGOGIA

PROBLEMATIZING LITERACY TEACHERS FORMATION FROM THE ANALYSIS OF GIVEN ASPECTS IN AN EDUCATION COURSE

CRISTIANE LOZER PIOL¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise de alguns aspectos da formação inicial dos pedagogos em relação aos conhecimentos necessários à sua formação como alfabetizadores. Para tanto, elegeu-se como objeto de estudo um curso de graduação em Pedagogia situado no interior do Espírito Santo. Buscou-se identificar as percepções que tanto profissionais que atuam no curso quanto egressos e alunos têm a respeito do enfoque/preparação de professores alfabetizadores. Utilizou-se para a coleta e produção dos dados entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e observações participantes. Foram sujeitos desta pesquisa 03 profissionais que atuam no curso, 02 profissionais egressos do curso e 02 alunos em fase de conclusão. A análise dos dados aponta que, apesar do curso em questão oferecer uma grande contribuição para a formação do pedagogo em diversos aspectos, ainda existem lacunas em relação à formação do alfabetizador que precisam ser preenchidas, principalmente no que diz respeito a um aprofundamento maior sobre o objeto a ser ensinado: a língua escrita bem como sobre o processo de apropriação da linguagem escrita pelo sujeito que aprende: a criança. Conclui-se que, apesar da complexidade que é formar, em um curso de 3 anos e meio, um profissional que esteja habilitado para atuar na docência da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, considerando as especificidades de cada segmento/modalidade, bem como de atuar na gestão tanto escolar quanto educacional, há a necessidade de se rever a proposta curricular do curso, no sentido de se priorizar algumas áreas do conhecimento essenciais ao alfabetizador, considerando todo o contexto social no qual estamos inseridos.

Palavras-chave: Pedagogo • Formação inicial • Alfabetização.

ABSTRACT

This paper aims to show an analysis of some aspects of the initial formation of pedagogues as far as their needed knowledge requests are concerned for their formation as literacy teachers. Therefore, a graduation course in Education located in the interior of the Espírito Santo has been chosen the study object. One searched to identify the perception of both professionals who work in this course and graduated students have about the focus/preparation of the literacy teachers. For the data collection and production one used semi-structured interviews, document analysis and attendants observations. Subjects of this survey were 3 professionals who work in the course and 2 students close to the end of their graduation. Data analysis shows that, in spite to the fact that the course offers a significant

1 Mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2010).



contribution to the teachers formation in several aspects, there are still gaps in terms of their formation as literacy teachers that must be addressed, mainly in terms of a more in depth approach on the object to be taught: written language, as well as on the process of written language appropriation by the learning subject: the child. One conclude that, in spite of the complexity to form in a 3.5 years course a skilled professional to work as a teacher at the Kindergarten/Elementary School as well as young adults and adults education, bearing in mind the different specifics of each segment/modality, as well as to work in both school and educational managerial activities, there is a need to review the curricular proposal of the course, in order to prioritize some knowledge areas critical to the literacy teachers, considering the entire social context in which we are part of.

Key words: Teacher • Initial Formation • Literacy

1 INTRODUÇÃO

É sabido que um dos grandes desafios da Educação está centrado no ensino da leitura e da escrita. Tais habilidades constituem-se em pré-requisitos para que um indivíduo possa vencer os desafios do cotidiano na sociedade tendo em vista que vivemos num mundo onde o acesso às informações é cada vez mais rápido. Isso, inclusive, demanda que sejamos cidadãos mais atuantes. Logo, a leitura e a escrita são competências primordiais para uma educação básica de qualidade.

Porém, como apontado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2013), apesar da redução do analfabetismo no Brasil nos últimos anos, a taxa de analfabetismo funcional é alta. Um em cada cinco brasileiros é analfabeto funcional¹, ou seja, 20,4% dos brasileiros com 15 anos de idade ou mais não são capazes de utilizar plenamente a leitura e a escrita para o seu próprio desenvolvimento.

Outro dado alarmante está contido no relatório divulgado em 2011 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), intitulado *As desigualdades na escolarização no Brasil: Relatório de Observação nº 5* (BRASIL, 2014), que aponta que 15% das crianças com 8 anos de idade que

frequentam as escolas não são bem sucedidas na aprendizagem da leitura e da escrita, o que reforça a necessidade de se focar na formação do alfabetizador.

A formação do alfabetizador tem sido alvo, na atualidade, de políticas públicas, de programas de secretarias de educação, de inúmeros estudos, pesquisas e debates, pois se atribui a esse profissional uma expectativa de resolução dos problemas relacionados à apropriação da leitura e da escrita pelas crianças e, conseqüentemente, à melhoria da educação de modo geral.

Atualmente, a formação do alfabetizador se dá no âmbito do ensino superior, no curso de graduação em Pedagogia. Ao analisarmos a história desse curso no Brasil, podemos constatar que desde sua fundação, em 1939, até os dias atuais, o curso sofreu e sofre influências políticas do Estado e de diversos movimentos sociais, como apontam Moura e Rossi (2012).

Segundo as autoras, especificamente no final da década de 1970 e início da década de 1980, o curso sofre pressão do movimento dos educadores que reivindicava, entre outras questões, a democratização do espaço escolar, pois para transformar a escola em vigência era necessário, também, formar um profissional docente, em nível superior, com compromisso político, competência e habilidades para alfabetizar



as crianças das escolas públicas. Nesse momento histórico, o curso de pedagogia formava profissionais habilitados para o trabalho técnico nas escolas: Administração Escolar, Inspeção Escolar, Orientação e Supervisão Escolar. A formação para a docência estava direcionada às disciplinas pedagógicas, para atuação do pedagogo no Magistério do 2º Grau, nas Escolas Normais.

Ainda, de acordo com Moura e Rossi (2012), no ano de 1986, o Conselho Federal de Educação aprova o Parecer nº. 161 sobre a Reformulação do Curso de Pedagogia, que faculta a esse curso oferecer também formação para a docência de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Como pontuam as autoras, foram, sobretudo, as instituições privadas que se adaptaram para oferecer esse tipo de formação ao final dos anos de 1980 e a grande maioria dos cursos de Pedagogia das instituições públicas manteve sua vocação de formar bacharéis, nos moldes de sua origem. Com a publicação da Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, alterações são propostas na formação de professores. Somente em 2006, depois de muitos debates, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução n. 1, de 15/05/2006, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, propondo-o como licenciatura e atribuindo a este a formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o Ensino Médio na modalidade Normal, para a educação de jovens e adultos, além da formação de gestores. Essa licenciatura passa a ter amplas atribuições, embora tenha como eixo a formação de docentes para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Dentre esse leque de possibilidade de formação do pedagogo, queremos destacar aquela que nos tem causado indagações que é a da formação do professor que irá atuar no chamado Ciclo da Alfabetização, os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Como graduandas do curso de Pedagogia, ao longo de nossa formação, fomos percebendo a complexidade e o desafio que é o trabalho desse profissional, reforçando cada vez mais nossa crença de que para exercer a função de alfabetizador são necessários conhecimentos mais aprofundados sobre a língua a ser ensinada, o português, como apontam Cagliari (2009), Soares (2004) e Kleiman (1992), bem como o conhecimento sobre como a criança se apropria dessa linguagem, como nos mostram os estudos realizados por Gontijo (2008) e Ferreira e Teberosky (1986).

Soares (2004, p.16) fala-nos da complexidade da atuação do alfabetizador ao explicar que a criança ao aprender a língua escrita não apenas se apropria de um código para se comunicar, como também desenvolve “[...] habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita e de atitudes positivas em relação a essas práticas”. Nesse sentido, a autora amplia a responsabilidade do alfabetizador, que não é apenas de garantir à criança a aquisição de um código, mas sim de apropriar-se de todo um sistema de escrita, de seus usos e significados. Portanto, o professor responsável pelos anos iniciais precisa ser um profissional que tenha competência em relação ao uso da Língua Portuguesa, que seja capaz de deter os conhecimentos necessários para garantir que os seus alunos se alfabetizem dentro de uma perspectiva de letramento.

Apesar da compreensão da natureza



da escrita, de suas funções e de seus usos serem conhecimentos indispensáveis ao alfabetizador, o que se percebe é que muitos profissionais não possuem tais conhecimentos, acarretando uma desconsideração, por parte do professor, dos conhecimentos que as crianças já trazem sobre a língua ao ingressar na escola. Exemplo disto é o fato de muitas vezes o professor ignorar o dialeto que a criança carrega consigo ao entrar na escola, valorizando apenas um padrão de linguagem como o correto.

Cagliari (2009) salienta a importância do conhecimento linguístico na formação do professor alfabetizador, para que este não venha adotar critérios rígidos como “certo” e “errado” para os diferentes dialetos apresentados por seus alunos. Soares (2005) também discute a importância dos conteúdos linguísticos para a formação do alfabetizador, e aponta a defasagem desses conteúdos nos cursos de formação inicial. Concordamos que seja necessário que o alfabetizador conheça o objeto da aprendizagem das crianças, que é a língua escrita, com todos os elementos que compõem a sua estrutura, para que haja êxito na realização da sua mediação no processo de ensino e aprendizagem.

Além desses conhecimentos sobre o objeto de aprendizagem, o alfabetizador também necessita de conhecimentos sobre o sujeito que aprende, ou seja, a criança. Necessita apropriar-se dos estudos produzidos pela psicolinguística, pela psicologia cognitiva da leitura e pela psicologia histórico cultural, dentre outros, para entender os processos de apropriação/aquisição da linguagem escrita pela criança.

Entendemos que, se por um lado, os problemas da alfabetização estão apoiados na maneira imprópria como a escola

trata a escrita e a leitura, por outro, também são alimentados nas instituições de formação de professores, que muitas vezes descuidam, em seus currículos, de conhecimentos importantes para um alfabetizador. Nesse sentido, algumas indagações nortearam esta pesquisa: como tem sido a formação dos professores alfabetizadores? Será que os conhecimentos adquiridos na formação inicial dão suporte/segurança para a prática do docente alfabetizador? Esses conhecimentos são suficientes? Ou seriam necessários outros tipos de conhecimentos mais específicos sobre o processo de alfabetização?

Nesse âmbito, esse trabalho objetivou analisar alguns aspectos da formação inicial do pedagogo ofertada em um curso de graduação situado no Estado do Espírito Santo, com vista a identificar algumas contribuições e lacunas desse curso para a formação do alfabetizador.

Dessa forma, foram definidos como objetivos específicos da nossa pesquisa:

- Identificar o que pensam algumas egressas sobre a formação inicial que receberam, especificamente em relação à preparação para atuarem como alfabetizadoras;
- Identificar a percepção de alguns professores do curso de Pedagogia em relação às contribuições e lacunas do curso para a formação do alfabetizador;
- Identificar a percepção do coordenador do curso de Pedagogia em relação às contribuições e lacunas do curso para a formação do alfabetizador;
- Identificar, nas ementas do curso, quais disciplinas estão mais



diretamente relacionadas à formação do alfabetizador.

2 MÉTODO

Para responder aos objetivos desta pesquisa, escolhemos como *lôcus* de estudo uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada situada no interior do Espírito Santo. Como procedimento de coleta de dados, utilizamos a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação.

Na análise documental, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, também examinamos a Proposta Pedagógica do Curso, focando no ementário das disciplinas ofertadas. Essa análise, além de permitir visualizar quais disciplinas abordam conteúdos mais diretamente ligados às necessidades formativas do alfabetizador, serviu de base para definir os sujeitos a serem entrevistados.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, elaboramos três roteiros diferenciados, tendo em vista três categorias de sujeitos a serem entrevistados: 01 coordenador, 02 professores e 02 egressos do curso. Como alertam Lüdke e André (1986), nesse tipo de entrevista os roteiros servem como uma base, não havendo necessidade de serem seguidos à risca, o que permite ao entrevistador fazer as adaptações necessárias no momento da entrevista e ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto a partir das informações que detém sobre o assunto, que, em última instância, são a razão de ser da entrevista. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento, e as entrevistas foram gravadas para posteriormente serem transcritas e analisadas. A opção pela gravação se deu por possibilitar uma reavaliação das declarações dos sujeitos e uma melhor apreensão do que foi objetivado neste trabalho.

Além da análise documental, das entrevistas semiestruturadas, fizemos uso da observação a partir de nossa vivência no curso, uma vez que, no momento da realização deste trabalho éramos alunas do último período.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de organizar a apresentação e análise dos dados produzidos, apresentaremos e discutiremos os resultados em subtópicos.

3.1 EGRESSAS

As egressas entrevistadas concluíram o curso de Pedagogia nos anos de 2004 e de 2005. Porém, ambas já lecionavam em turmas de alfabetização quando da realização do curso de Pedagogia por terem cursado o curso de Magistério em nível médio.

Essa realidade das egressas é comentada por Pimenta (1999), que explica como a experiência com a docência impacta no desenvolvimento do aluno do curso de Pedagogia. A autora explica que os alunos que não cursaram Magistério ao ingressar em um curso de formação de professores fazem a relação teoria-prática a partir de suas vivências enquanto alunos. Já aqueles que cursaram o Magistério, por já terem tido a oportunidade de vivenciar a prática do fazer docente, estabelecem um diálogo e uma reflexão mais próximos dos dados da realidade escolar a partir dos problemas postos pela prática, refletindo de maneira mais positiva no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Após a graduação em Pedagogia, a Egressa A especializou-se em Séries Iniciais e Artes. Neste ano de 2015, além de completar vinte anos de experiência docente na rede pública, no chamado Ciclo



de Alfabetização, assumiu a coordenação do Programa Mais Educação, que atende crianças no contraturno. A Egressa B declarou que iniciou sua carreira em turmas de alfabetização. Possui especialização em Psicopedagogia e Educação Infantil. Atualmente, trabalha na rede pública com Múltiplas Linguagens em uma instituição de Educação Infantil.

Perguntadas sobre os desafios enfrentados no início da carreira como alfabetizadoras, as egressas não pontuaram questões específicas no campo da alfabetização. Os desafios citados estavam mais ligados ao saber fazer do professor de modo geral: lidar com a heterogeneidade da turma e dispor de formas variadas de ensinar para garantir a aprendizagem de todos.

Ambas as egressas citaram a interlocução com autores que fundamentam a construção do conhecimento, bem como conhecimentos acerca do desenvolvimento humano, como contribuições do curso de Pedagogia para sua formação, como destacado abaixo:

Quando você se depara com uma criança naquela situação, você se reporta lá naquele escritor, naquele filósofo que diz isso, que diz aquilo né, aí você vê que realmente você está se deparando com uma situação que você ouviu no decorrer da sua formação (Trecho da entrevista da Egressa A).

Nós estudamos muito, eu estudei muito Paulo Freire, Piaget e vários outros, que me ajudaram bastante, a base que os filósofos passavam pra gente. Eu estudava as apostilas, os livros que nós tínhamos, para entender cada criança (Trecho da entrevista da Egressa B).

Conforme depoimento das egressas, percebemos que o curso possibilita estabelecer relações entre teoria e prática, possibilitando às egressas refletir criticamente

sobre a realidade vivenciada. Quanto mais o professor transforma a sua prática em uma *práxis*, mais qualificado será o ato educativo. Saviani (2003, p.107) fala-nos que:

A prática será mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas da sua transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

Apesar de reconhecer a importância dos estudos realizados durante a graduação, a Egressa B pontuou como lacuna no curso de Pedagogia a pouca profundidade dos conteúdos relacionados à alfabetização. Como relata: "[...] foi muito válido o que eu aprendi na faculdade, mas eu penso que se o conteúdo fosse mais aprofundado, os alunos que iniciam sairiam mais bem preparados." (Trecho da entrevista da Egressa B).

Em uma série de reportagem intitulada "O que querem os professores?", apresentada pelo Jornal da Educação (Nova Escola), em setembro de 2014, especialistas comentam ser comum egressos dos cursos de Pedagogia não dominarem conhecimentos didáticos para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e não entenderem os desafios do cotidiano escolar. Políticas públicas têm sido elaboradas para que essas dificuldades de formação sejam superadas, como consta na meta 15 do Plano Nacional de Educação. Para que se concretize, é necessário ampliar a oferta de vagas nas licenciaturas e rever os currículos dos cursos superiores. Hoje muito centrados em teorias pedagógicas de uma forma mais ampla, eles deixam de focar em processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares.



No decorrer da entrevista as egressas apresentam sugestões ao curso visando à melhoria da formação inicial dos alfabetizadores. Tais sugestões estão ligadas a um maior conhecimento do uso das tecnologias e à necessidade de uma carga horária maior destinada ao estágio na Educação Infantil e no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental.

Nós temos uma dificuldade muito grande para acompanhar a tecnologia. Os nossos alunos hoje estão com muita atenção no que está acontecendo lá fora e muitas vezes o que nós temos preparado para eles é muito pouco para chamar a atenção dos nossos alunos. (Trecho da entrevista da Egressa A)

Acho que a carga horária maior (do estágio) deveria ser feita na Educação Infantil, que é a base e nos dois primeiros anos iniciais que é a alfabetização, para que o professor saia mais preparado. (Trecho da entrevista da Egressa B)

Acreditamos que a egressa B apontou a necessidade de um enfoque maior do estágio na Educação infantil, por estar atuando há cinco anos nessa modalidade de ensino. Portanto, quando a egressa declara ser a Educação Infantil “a base”, é porque entende que a mesma não é o local de apropriação do código escrito, mas é o local onde as práticas do professor devem estar voltadas para dar subsídios à criança, para ser alfabetizada no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Considerando a nossa experiência como graduandas do curso de Pedagogia, também percebemos a necessidade de se focar mais no estágio no primeiro ano do Ensino Fundamental, ou seja, na alfabetização. Pela estrutura do curso, temos a liberdade de escolher entre o 1º, 2º e 3º ano para estagiarmos. Escolhemos o primeiro ano para melhor compreensão do processo de alfabetização, porém nosso estágio

ocorreu no segundo semestre do ano e, infelizmente, não pudemos acompanhar todo o processo de ensino aprendizagem inicial da leitura e escrita dos alunos, haja vista que a maioria dos alunos já estavam lendo e escrevendo no segundo semestre. Em conversa com a professora regente, ela disse “[...] *seria bom se vocês tivessem vindo no início do ano, pra vocês verem como eles chegam, como é o comportamento deles e como são grandes os desafios*”. Realmente pensamos que algumas regras no Estágio Supervisionado deveriam ser alvo de análise, o estágio no primeiro ano do Ensino Fundamental, deveria ser obrigatório e não opcional, bem como adequá-lo para que aconteça no início do ano letivo.

Apesar de muitos estudiosos (CAGLIARI, 2009; KLEIMAN, 1992; KLEIN, 2004) apontarem a falta de formação linguística do alfabetizador como uma grave deficiência no processo de formação do professor, as egressas não citaram dificuldade quanto ao domínio do código escrito e de sua estrutura. Talvez devido ao fato de já terem a prática docente antes de ingressarem no curso de Pedagogia. O cenário da formação dessas egressas é diferente dos concluintes do curso de Pedagogia nos dias atuais, como é o nosso caso. Elas ingressaram no curso de Pedagogia já sendo alfabetizadas. Portanto, a formação que para nós é inicial (pois não somos professoras), para essas egressas parece se constituir em uma formação continuada e esse fato interfere bastante, a nosso ver, no que dizem e no que pensam as egressas sobre sua formação “inicial”.

3.2 PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Entrevistamos dois professores que atuam no curso, que denominaremos de



Professor A e Professor B. O Professor A atua na IES formadora há quatro anos e o Professor B atua há mais de uma década como docente no curso investigado, o que, provavelmente, possibilita um trabalho integrado e contínuo, pois a rotatividade de docentes é prejudicial a qualquer curso de formação de professores. Nesse sentido, a permanência possibilita o exercício docente de acordo com a proposta pedagógica, no acompanhamento e participação das mudanças e avanços do curso e dos alunos, desenvolvido pelo trabalho coletivo.

Quanto à formação acadêmica, o Professor A possui mestrado e doutorado em Língua Portuguesa e o Professor B possui mestrado em Estudos Linguísticos. Essas informações sugerem que esses professores possuem conhecimentos relevantes sobre o que lecionam.

Destaca-se que, antes de atuarem no curso investigado, os professores já trabalharam como docentes em outras instituições de ensino, na educação básica, tanto na rede pública quanto na rede privada, e também ocuparam cargos na gestão.

Dessa forma, a docência na Educação Básica está instituída na experiência profissional desses professores do curso. Esse fator possibilita um diálogo constante da realidade da prática com as teorias trabalhadas nas disciplinas. Para Gauthier (1998), do saber experiencial dos professores pode-se tirar grande proveito, porém, esses saberes permanecem nos segredos da sala de aula. Nesse sentido, quando o professor atua na educação básica e em um curso superior de formação de professores, ele tem a possibilidade de tornar públicas as práticas desenvolvidas na sua experiência, podendo discutir e refletir coletivamente sobre as mesmas com a

teoria.

Uma das fragilidades que os professores apontam na formação do alfabetizador é o fato de os alunos ingressarem na faculdade com defasagem em seus conhecimentos elementares sobre a língua portuguesa, como podemos observar nos trechos abaixo:

O cenário Brasileiro hoje, no geral, ele apresenta um aluno com sérias dificuldades, em especial a leitura e escrita...Hoje, o acesso ao material escrito e de leitura é muito maior, porém, a apreensão desses conteúdos hoje, ela não é tão feita em profundidade... (Trecho da entrevista do Professor A)

As dificuldades que nós conseguimos detectar hoje, e não só com os alunos de pedagogia, mas quem ingressa no curso superior hoje...são dificuldades que a gente verifica inclusive em crianças, em estágio inicial de alfabetização (Trecho da entrevista do Professor B).

Na fala dos professores está marcada a falta de uma proficiência em relação à escrita e à leitura do aluno ao ingressar no curso de Pedagogia. Essa falta de proficiência possivelmente é consequência de um ensino tradicional, que fragmenta o conhecimento, não possibilitando a este aluno aprender a ler e a interpretar criticamente. Como nos explica Romanowski (2007):

O enfoque tradicional na prática docente tem por objetivo a transmissão do conhecimento pelo professor, o qual deve ser assimilado pelos alunos. Esse enfoque toma por base, na seleção dos conteúdos, o ensino enciclopédico, sendo estes geralmente, desvinculados do cotidiano dos alunos. A aula expositiva é o procedimento mais utilizado. (ROMANOWSKI, 2007. p.51)

A aprendizagem dos alunos a partir do enfoque tradicional prioriza a memorização dos conteúdos. Isso implica numa posterior



reprodução de saberes e não na construção de novos conhecimentos, essencial na formação de qualquer pessoa. Essa forma de ensino se reflete consideravelmente na vida acadêmica e pessoal dos alunos, pois, ao ingressarem num curso superior de formação de professores, apresentam dificuldades na leitura, na escrita e na interpretação de textos, nos processos reflexivos expressos de forma verbal ou escrita.

Para amenizar essa defasagem em relação à proficiência na leitura e na escrita dos alunos ingressantes, começou a ser ofertado um curso de nivelamento, não obrigatório, antes do início do semestre letivo. O Professor A pontua a importância desse curso ao afirmar que ele possibilita acolher o aluno, ajudá-lo a compreender o que é o ensino superior. Ressalta, também, que o ensino superior “[...] não é excludente, tem que acolher também”, e complementa que “[...] o aluno quando chega ele não tem culpa de onde ele vem, da formação que ele tem, o que nos interessa de fato é: como aprimorar aquilo que ele não tem, e se ele tem, fazer melhor.” (Trecho da entrevista do Professor A). Partindo desse princípio, o Professor A aponta como uma das contribuições ao processo de formação do alfabetizador a formação de um profissional reflexivo:

A disciplina que a gente leciona colabora, e muito, para a melhora dos processos de produção de escrita, porque quando a gente forma um professor, a gente quer que ele seja reflexivo. O professor reflexivo é o primeiro passo para que ele escreva melhor, para que ele estude, para que ele leia mais, para que ele se autoconheça, autodesenvolva. (Trecho da entrevista do Professor A)

Já o Professor B ressalta a importância de o professor do curso repensar constantemente sua disciplina e adequá-la às necessidades reais dos alunos que recebe:

Depois que eu assumi as disciplinas, propus algumas modificações nas ementas, dando um enfoque maior na questão da leitura e na questão da escrita. O ensino da linguística visa também a ampliar o repertório dos alunos, sobretudo no que se refere à questão do que seja língua, o fenômeno língua. (Trecho da entrevista do Professor B)

Tanto o Professor A, quanto o Professor B pontuam algumas lacunas que necessitam ser preenchidas no curso, considerando a formação do alfabetizador. Para o Professor A, um dos aspectos lacunares do curso de Pedagogia diz respeito à ação docente, ao fazer do professor do ensino superior:

Os professores têm que ler, têm que dar as devolutivas, às vezes as coisas têm que ser mais individuais, porque você tem um sujeito pra aprender...ah é importante o coletivo, claro! Mas o sujeito individualmente tem suas peculiaridades, dificuldades. E como eu vou ver isso no peculiar se eu só tenho o coletivo...então isso tem que ser muito olhado. A própria metodologia do professor que dá aula também influencia nessa formação. (Trecho da entrevista do Professor A)

Para o Professor B, a carga horária de algumas disciplinas já existentes no currículo não são suficientes para que possibilite ao aluno ter um aprofundamento maior em questões essenciais para a formação do alfabetizador.

Existem algumas discussões sobre alfabetização na disciplina de metodologia, mas é insuficiente é muito pouco (...) esse curso de Pedagogia deveria ter uma carga horária mais expressiva que se dedicasse à alfabetização, à leitura, à literatura. (Trecho da entrevista do Professor B)

Cagliari (2009) faz uma crítica às instituições de formação inicial do alfabetizador quando diz que o professor que vai ensinar a ler e a escrever estuda tudo nas instituições de ensino, exceto o português



que deverá ensinar, ou seja, a graduação não forma adequadamente os professores alfabetizadores. Ideia reforçada por Klein (2004), ao afirmar que:

O professor munido de embasamento teórico-linguístico, terá mais facilidade para trabalhar e compreender questões polêmicas que ocorrem na sala de aula cotidianamente, este conhecimento também permitirá maior valorização do código oral, bem como maior respeito às diferenças linguísticas tão presentes na sala de aula. (KLEIN. 2004, p.6)

Com o intuito de ampliar e de aprofundar ainda mais a formação do alfabetizador os professores apresentam sugestões. O Professor A aponta sugestões voltadas para a expansão do conhecimento por meio de pesquisa, por meio da Iniciação Científica, da extensão, da realização de seminários, da criação de um grupo de trabalho (GT) para estudos e discussões acerca da teoria e da prática do alfabetizador, para dar mais segurança e fortalecer o futuro profissional.

O professor B sugere a criação de duas disciplinas com os rótulos Alfabetização e Leitura, respectivamente. Nas palavras do professor: "vocês especificamente, que estão fazendo o curso de Pedagogia, vocês vão ter como ferramentas o ensino da leitura e da escrita (...)"

Soares (2005) discute a importância desses conhecimentos para os alfabetizadores nos seus cursos de formação em que há uma defasagem a respeito dos conteúdos linguísticos. É necessário, pois, que o alfabetizador conheça o objeto da aprendizagem, que é a língua escrita, com todos os elementos que compõem sua estrutura para que haja êxito na realização da sua mediação no processo de ensino/aprendizagem. Dessa forma, o alfabetizador se

torna bem preparado teoricamente para realizar o seu ofício e fazer as intervenções necessárias durante o seu trabalho. Sabará, portanto, intervir de forma adequada diante das dificuldades apresentadas no decorrer do seu trabalho e encontrará subsídios para oferecer aos alunos uma gama de oportunidades para que possam se apropriar da leitura e da escrita.

3.3 COORDENADOR DO CURSO DE PEDAGOGIA

O coordenador do curso completa este ano 25 (vinte e cinco) anos de trabalho no magistério. Iniciou seu trabalho na IES formadora no ano de 1999, assumindo o cargo de docente, lecionando a disciplina Pesquisa e Prática e Estágio Supervisionado, assumindo, ao longo dos anos, outras disciplinas. Assumiu a coordenação do curso de Pedagogia em 2002. Importante destacar que, após concluir o curso de Magistério, iniciou sua carreira docente em uma sala de alfabetização. Atualmente, possui uma cadeira na rede Municipal como pedagogo. T tamanha experiência sugere um profissional maduro e conhecedor da função que exerce. Além da graduação em Pedagogia, possui especialização e mestrado em Educação.

Ao discorrer sobre as bases que norteiam o trabalho no curso de Pedagogia, o Coordenador aponta que o respaldo legal do curso está na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares resolução nº. 01/06. Esses documentos, juntamente com outras legislações, e dentre elas destacam-se as questões étnico-raciais, direitos humanos, meio ambiente e formação de professor, devem direcionar a elaboração e reelaboração do projeto de curso.



Na entrevista, o Coordenador relatou que curso de Pedagogia investigado, no seu início (1998), era ofertado no turno diurno e noturno, tendo como primeira demanda de alunos os diretores e professores que já atuavam nas escolas das redes públicas. Ou seja, profissionais das redes municipais de ensino da região onde o curso se encontra situado. Nessa época, o curso de Pedagogia era regido pela diretriz que formava o professor para docência em Educação Infantil e Ensino Fundamental e ainda formava uma habilitação, esta, por sua vez, poderia ser em orientação, supervisão, administração e inspeção.

Em 2006, com o estabelecimento das novas diretrizes curriculares para o curso, Resolução CNE/CP nº 01/06, a formação do professor para atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental passa a ser de responsabilidade do curso de Pedagogia, quando define, em seu artigo 2º, que as diretrizes para o curso de Pedagogia se aplicam à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A base da formação do pedagogo, segundo as diretrizes curriculares, deve ser a docência, mas, além disso, prevê a formação para outras áreas relacionadas à gestão do ensino, como ressaltado no artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), que enfatiza, no parágrafo único desse artigo, que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I . planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II . planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;

III . produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Dessa forma, ampliou-se a formação e os espaços de atuação do pedagogo, porém prevalecendo a docência como base comum.

Como ressalta o Coordenador, para atender à Resolução CNE/CP 01/06, os cursos de Pedagogia apresentam um currículo amplo e abrangente em função da formação de professores e gestores ocorrer em espaços escolares e não escolares.

As contribuições do curso para a formação do alfabetizador destacada pela coordenação são as atividades formativas ofertadas ao longo do curso, as possibilidades de o aluno levar o conhecimento adquirido no curso para a comunidade, por meio das atividades de extensão e a possibilidade de o aluno fazer iniciação científica, de ser um pesquisador.

Quanto às lacunas do curso em relação à formação desse alfabetizador, o coordenador salienta que há a necessidade de se pensar a concepção de alfabetização de uma forma mais abrangente. Percebe-se na fala do coordenador a necessidade de se ampliar a questão da alfabetização em relação à compreensão do que seja alfabetização, no sentido de as pessoas perceberem a alfabetização como um processo amplo, não somente centrado apenas na codificação e decodificação do código escrito.



A gente tem que avançar na concepção de alfabetização (...) porque o que se pensa? Alfabetizar é ensinar o menino a ler e escrever, só que, quando eu ensino noções de quantidade para essa criança, em matemática, por exemplo, também eu estou alfabetizando ela no mundo matemático, quando eu ensino as cores, formas, lateralidade...eu estou alfabetizando essa criança. (Trecho da entrevista do Coordenador)

3.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

Analisamos alguns aspectos da organização curricular do curso de Pedagogia com o objetivo de identificar as disciplinas que estão relacionadas com o ensino da

leitura e da escrita. Após identificar as disciplinas, analisamos as ementas.

O curso possui uma carga horária de 3840 horas, desse total, identificamos várias disciplinas que lidam de forma indireta com a alfabetização, porém buscamos analisar as disciplinas que, ao nosso entender, instrumentalizarão o alfabetizador, de uma forma mais específica, para o ensino da leitura e da escrita. Dessa forma, identificamos cinco disciplinas como apontadas na Tabela 1, com carga horária total de 4,40 horas, ou seja um percentual de 8,72% da carga horária total do curso.

Tabela 1- Disciplinas que apresentam em suas ementas conteúdos relacionados diretamente com a formação do alfabetizador.

Disciplina	Período ofertado	Carga horária	Ementa
Língua Portuguesa	1º Período	80 horas	Concepção de Alfabetização e Letramento. Leitura e produções de textos. Gêneros textuais, discurso, escrita, intertextualidade, Língua Portuguesa padrão. Compreender o ensino da linguagem.
Linguística	2º Período	80 horas	Linguística, noções de sociolinguística. Gramática e discurso. Linguística e Alfabetização.
Metodologia da Língua Portuguesa	4º Período	120 horas	Alfabetização e Letramento. Leitura, gramática, produção e compreensão de textos. Alfabetização e Letramento: histórico das pesquisas na área de alfabetização.
Pesquisa e Prática de Ensino III	4º Período	80 horas	As diferentes formas de conceber a escrita e seus processos de aquisição/apropriação pelas crianças. O papel do professor nos processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Práticas escolares de alfabetização.
Estágio Supervisionado II	4º Período	80 horas	Aproximação com as diferentes redes e movimentos dos cotidianos das instituições de Ensino Fundamental; organização dos espaços e tempos das instituições de Ensino Fundamental e seus diferentes usos; os saberes e fazeres docentes na classe, experiência em docência em turmas do primeiro ciclo do Ensino Fundamental I.

Fonte: Construção das autoras



Para Cagliari (1999), os professores carecem de uma melhor formação técnica. Ele critica os cursos de formação, alegando que há uma preocupação muito grande em dedicar-se apenas às disciplinas pedagógicas, metodológicas e psicológicas, esquecendo-se o que seria mais necessário a respeito da linguagem. Para o autor, os conhecimentos relacionados aos fenômenos linguísticos ainda são insuficientes, e não dão embasamentos adequados para o professor lidar de forma adequada com os fenômenos linguísticos, com alfabetização.

Percebemos que a organização curricular do curso busca atender um pouco das necessidades de cada formação (considerando que o curso de Pedagogia, hoje, forma o professor para atuar na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e como pedagogo). Dessa forma, acreditamos que os conteúdos relacionados a cada atuação desse profissional ficam fragilizados.

Soares (2010, p. 9) afirma que “Não há possibilidades de alguém ser alfabetizador, ensinar a língua e, ao mesmo tempo, ser professor de ciências, de história e de matemática”. Na visão da autora, um professor alfabetizador precisa ter domínio e um conhecimento amplo da Língua Portuguesa, além de saber usar a língua escrita em suas diversas variações.

Nesta análise, entendemos e concordamos com o Professor B, que sugere uma carga horária maior, mais expressiva à alfabetização e suas interfaces. Por outro lado, compreendemos que essas mudanças não sejam tão simples, pois talvez requeiram primeiro mudanças na legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso possui professores competentes e especializados para o desempenho da

profissão, os quais demonstram preocupação com a formação dos futuros professores e, para isso, se empenham reformulando suas ementas de ensino, refletindo sobre quais as melhores estratégias de ensino para melhor se adequarem aos interesses e necessidades dos formandos.

Como diz o mestre Paulo Freire (2011), devemos pensar a formação como um refazer constante na ação. Isso nos leva a entender que a formação deve ser compreendida como um “estar sendo”, em constante movimento, levando-nos a compreender a formação inicial como apenas um primeiro passo de uma longa e eterna caminhada, pois o fazer docente é uma formação que continua. O trabalho docente e a formação de professores são fios que se entrelaçam, já que o desempenho de um bom trabalho depende de uma boa formação.

Entendemos que o professor deve estar em constante formação, como exposto pelo Professor A, formação esta entendida como pesquisa, estudo de casos, leitura, pensando a informação, questionando para entender a produção do saber, para poder valer-se de um embasamento teórico e oferecer maior significado aos resultados de sua ação pedagógica. Ou seja, o professor é um eterno estudante, um eterno investigador de sua prática. A profissão docente se estabelece num processo contínuo que permeia toda a carreira docente.

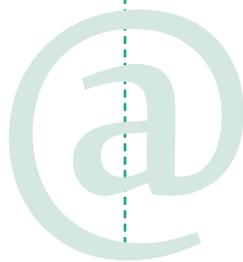
Porém, a rotina do professor que alfabetiza exige deste o domínio de conhecimentos gerais sobre o ensinar e o aprender, bem como requer saberes específicos sobre o processo de apropriação da língua escrita pela criança. Acreditamos que as disciplinas relacionadas à linguagem devem ter um lugar de extrema importância nos cursos de formação, pois, além da língua materna, todas as outras disciplinas



necessitam da linguagem para que sejam desenvolvidas. No entanto, percebemos que o curso analisado tem destinado pouco espaço em seu currículo para a formação especificamente linguística. Alfabetizar torna-se, assim, um grande desafio para o professor que está se graduando.

Portanto, concluímos afirmando ser

necessário que as IES formadoras de professores alfabetizadores priorizem mais, discutam mais as ações voltadas para um maior aprofundamento das disciplinas/assuntos relacionados à alfabetização. Pois é na fase da alfabetização que um indivíduo se apropria de conhecimentos que lhe serão necessários para toda sua vida escolar.



NOTAS

- ¹ É considerada analfabeta funcional a pessoa que sabe ler e escrever frases simples e até mesmo seu próprio nome, porém, é incapaz de interpretar o que lê e de utilizar a leitura e a escrita em atividades do seu cotidiano.



REFERÊNCIAS:

- BRASIL.** CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. As desigualdades na escolarização no Brasil: relatório de observação nº 5. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/observatoriодаequidade/>> Acesso em: 24 jun. 2014.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Congresso. Resolução nº01 de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Dispositivos Constitucionais. Brasília: MEC, 2006.
- _____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- CAGLIARI, L. C.** Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2009.
- _____. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bo-bu. São Paulo: Scipione, 1999.
- FERREIRO, E. ; TEBEROSKY, A.** Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FREIRE, P.** Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2001.
- GAUTHIER, P.** Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Rio Grande do Sul: INIJUL, 1998.
- GONTIJO, C. M. M.** A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2008.
- KLEIMAN, A. B.** Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas - SP: Pontes, 1992.
- KLEIN, M. V. M.** A importância da lingüística na formação do professor alfabetizador. Revista Eletrônica FEATI, v. 2, p. 1-11, 2004. Disponível em <<http://www.feati.edu.br/revistaeletronica/downloads/numero2/importanciaLinguisticaFormacaoProfessorAlfabetizador.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- LÜDKE, M. ; ANDRÉ, M. E. D. A.** Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986.
- MOURA, J. G. de ; ROSSI, M. A. L.** O curso de pedagogia em Goiás e a formação do professor alfabetizador. Horizontes (EDUSF), v. 30, p. 47-55, 2012.
- O QUE** querem os professores?. Reportagem especial sobre formação inicial. Jornal da Educação. Nova Escola. Reportagem, 7'33", 26 set. 2014. Disponível em , <<https://www.youtube.com/watch?v=8rEP1OMukE4>>. Acesso em: 30 out. 2014.
- PIMENTA, S. G.** Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.
- ROMANOWSKI, J. P.** Formação e profissionalização docente. Curitiba-Pr: IBPEX, 2007.
- SAVIANI, D.** Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SOARES, M.** Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2005.



_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. Nº 25, p. 5-17, Jan/abr., 2004.

_____. Simplificar sem falsificar. Guia da alfabetização: os caminhos para ensinar a língua escrita. São Paulo: Segmento, n 1, p. 6-11, 2010. (Entrevista).

